

PARA A CRISE SER SUPERADA FALTA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE ITAMAR

(do governador Antônio Carlos Magalhães)

ACM alerta para riscos na revisão

GOVERNADOR ACHA QUE A PROXIMIDADE DAS ELEIÇÕES TRAZ O PERIGO DO CLIENTELISMO, COM PREJUÍZOS À CONSTITUIÇÃO.

O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), em entrevista a Hélio Contreiras, alertou para os riscos que a revisão constitucional pode trazer ao País se ela acontecer na época da campanha eleitoral de 94. "Em vez de se melhorar o texto de 88 poderão piorá-lo, com a demagogia". Magalhães afirmou que a revisão não é decisiva para a crise ser superada, pois "o que falta é competência, é decisão do presidente Itamar Franco". Mas reconheceu que "a reforma fiscal é urgente", mas sem impostos "injustos" como o IPMF.

JT — Quais os pontos da Constituição que devem ser alterados na revisão?

ACM — Minha preocupação é que se faça uma revisão constitucional num momento pré-eleitoral. Assim, em vez de se melhorar o texto de 88, poderão piorá-lo, com a demagogia dirigida às bases eleitorais. A Constituição atual já prevê muitos favores, sem as receitas para que eles sejam garantidos. E com a revisão, nessa época, haverá propostas e votações

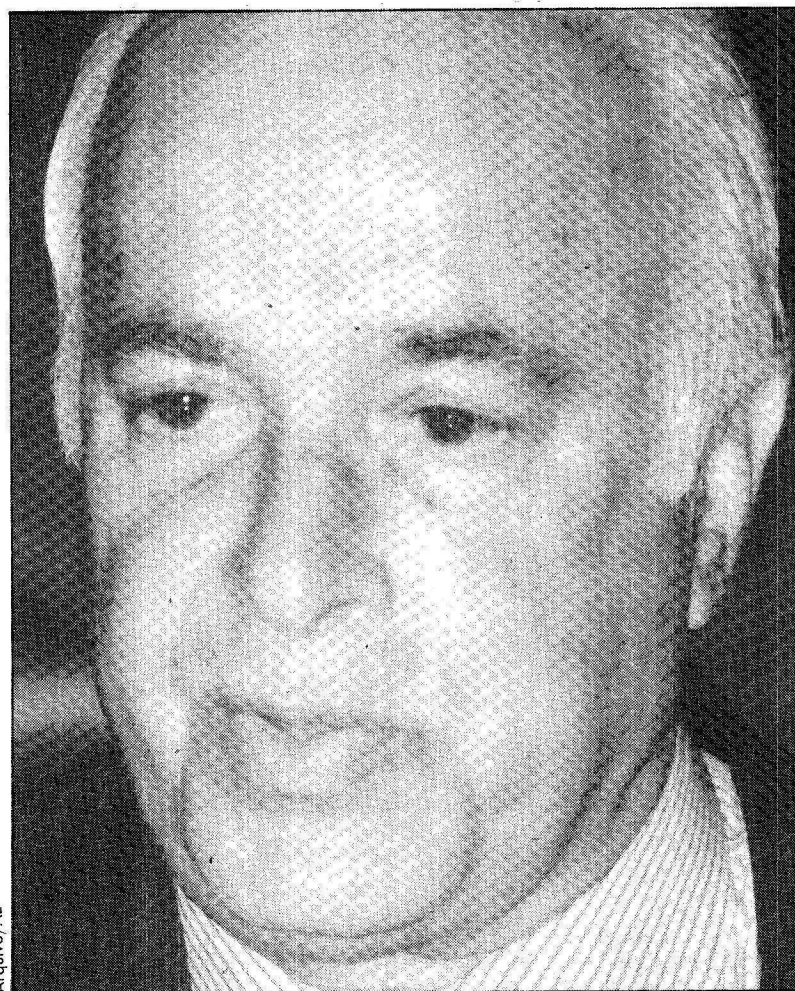
de novos favores. Já existe opinião formada, por exemplo, sobre o fim da estabilidade, mas ela poderá ser mantida, com graves prejuízos para a União e os Estados.

Mas seria possível, então, evitar a revisão?

A partir de outubro, as emendas serão obrigatórias, mas sua tramitação vai se confundir com a campanha eleitoral. Repito: vai haver muita demagogia, e isso pode piorar a Constituição brasileira, com desdobramentos negativos para o País. E mais: as emendas constitucionais vão acabar sendo votadas depois de março. É muito difícil não haver favores. Surge a ameaça do clientelismo, que poderá prejudicar a lei básica do País.

O mandato presidencial deve ser reduzido para quatro anos?

A questão do mandato não é prioritária. Poderia ser de quatro anos com reeleição, mas haverá possibilidade de uso da "máquina". Tenho a impressão de que nós, brasileiros, ainda não estamos preparados para isso. Nos Estados Unidos há reeleição, mas o poder público lá não partici-



ACM: "A representação parlamentar tem de ser reformulada".

pa tanto da campanha presidencial. No Brasil, a "máquina" do governo vai funcionar. Talvez seja melhor manter o mandato de cinco anos, sem reeleição.

O sr. admite reformular a representação parlamentar na Câmara?

A representação tem de ser reformulada. São Paulo deve ter mais representantes, por

vários motivos, como o número de eleitores, mas sem chegar ao ponto de decidir sozinho o futuro do País. São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro não podem chegar a ter supremacia.

A crise do País só pode ser superada com a mudança da Constituição?

Não. Embora reconheça que a reforma na parte fiscal é urgente, mas não criando-se impostos como o IPMF, pois este imposto é injusto. Defendo uma reforma fiscal verdadeira e não uma que vai atingir os pobres. A superação da crise depende de competência. Falta decisão ao presidente Itamar Franco.

O sr. não tem sido ouvido pelo presidente?

Não tenho nenhuma responsabilidade pelos seus erros. Este não é o caso do meu amigo lá de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho.

Como o sr. analisa a renúncia de Orestes Quércia à presidência do PMDB?

Foi um golpe político.

A imagem do ex-governador Quércia ficou arranhada com as denúncias de seu envolvimento com irregularidades?

A imagem dele está arranhada.

O sr. apoiaria a candidatura do ex-governador à Presidência?

Jamais eu apoiaria o ex-governador Quércia para presidente.

A manifestação do brigadeiro Ivan Moacyr da Frota, na semana passada, aumenta a preocupação com a crise?

É necessário não envolver os militares na crise. Mas pode chegar o dia em que haja uma intervenção. E com os aplausos do País.

Sobre a ordem econômica, o sr. defende a ampliação das privatizações?

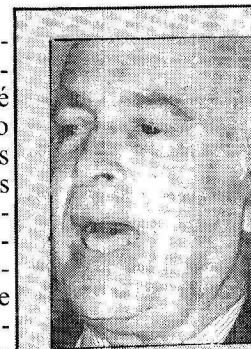
Sou favorável às privatizações. Alguns setores devem ser abertos, inclusive na Petrobrás, onde o setor privado

pode participar do refino e de outras áreas. A mesma coisa ocorre com a Telebrás. É preciso examinar aquelas áreas em que o Estado tem de exercer um papel decisivo e as outras, onde o setor privado tem um espaço expressivo. Os contratos de risco, na área de petróleo, por exemplo, poderiam voltar, pois não há nada de inconveniente neles.



Arquivo/AE

O TEXTO DE 88 PODE SER PIORADO COM A DEMAGOGIA DIRIGIDA ÀS BASES ELEITORAIS



Arquivo/AE

PODE CHEGAR O DIA EM QUE HAJA INTERVENÇÃO MILITAR E COM OS APLAUSOS DO PAÍS